

1

RAY CUNHA

JAMBU

JAMBU

Copyright 2019 by Raimundo Pereira Cunha

Primeira Edição: 2023

Clube de Autores

Capítulo I

Conclave do Comando Astral.

– Os europeus estão sufocando; precisam sair dali, descobrir outras regiões do orbe terrestre; necessitam de uma nova tecnologia, que os levem a cruzar as antigas terras da Atlântida. E o povo talhado para isso são os ibéricos, que habitam o ponto mais ocidental do continente. No novo mundo, descobrirão o país, que, no futuro, poderá abrigar a Humanidade para um porvir de luz.

Milhares de seres, que ali estavam reunidos, sentiram, nas palavras do mestre, amor e esperança.

Capítulo II

O Infante Dom Henrique de Avis, primeiro duque de Viseu e primeiro senhor da Covilhã, Infante de Sagres, O Navegador, quinto filho de João I de Portugal, fundador da Dinastia de Avis, e de Dona Filipa de Lencastre, foi nomeado, em 25 de maio de 1420, Governador da Ordem de Cristo, titular do património da Ordem dos Templários, recurso que utilizou na criação, em 1443, da Escola de Sagres, uma vila que contava com abrigo para marinheiros, geógrafos, matemáticos, astrônomos e sábios, além de observatório astronômico. A Nasa da época, National Aeronautics and Space Administration, ou Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço, agência do governo dos Estados Unidos responsável pela pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a exploração do espaço sideral.

Então, os oceanos eram um mistério, mas Pedro Álvares Cabral, da Ordem de Cristo, sabia muito bem para onde se dirigia em 1500; viria para um país, que, no futuro, lembraria um coração, sob uma constelação em formato de cruz, onde o amor, o perdão, o trabalho e a caridade seriam instaurados. Antes, porém, que, em 22 de abril de 1500, o navegador avistasse o Monte Pascoal e ancorasse no Porto Seguro da Bahia de Todos os Santos, mais precisamente em 1494, todo o litoral atlântico ao norte da desembocadura do rio Amazonas ficou sob o domínio espanhol pelo

Tratado de Tordesilhas, assinado por Portugal e Espanha. Em 1499, o espanhol Vicente Yáñez Pinzón avistou a costa do Amapá, e, ao comando de quatro caravelas, subiu o Amazonas, ao qual deu o nome de Santa Maria de la Mar Dulce, e depois chegou à boca de outro grande rio, Oiapoque, que divide o Amapá da Guiana Francesa, e explorou as costas das Guianas.

Assaltados por ambição insaciável, os espanhóis instalaram no continente ibero-americano uma aristocracia escravocrata que os portugueses potencializaram até a loucura. Na Amazônia, começaram pelo Amapá, de modo que em 1544, Carlos V de Espanha sentiu-se à vontade para chamar aquelas paragens de Adelantado de Nueva Andaluzia, ao conceder a província ao navegador espanhol Francisco de Orellana, que, cego pela ambição, vagou em busca da mítica cidade de ouro, El Dorado, mas, como seus colegas, foi vencido pelo Inferno Verde. Assim, desde o século XVI, portugueses, espanhóis, franceses e ingleses exploraram, no Amapá, madeira, resinas, urucu, óleos vegetais e peixe-boi. Em 1624, comerciantes franceses abriram um centro comercial em Sinnamary, e, em 1637, fundaram Caiena. O Tratado de Breda, de 1667, legitimou a posse do território pela França. Em 1694, o marquês de Ferrolles, governador de Caiena, considerava terras francesas a “ilha Oiapoque”, isto é, terras do Oiapoque ao Amazonas, ou seja, o Amapá. Em 1713, o Tratado de Utrecht dispôs que o limite entre as possessões

francesas e portuguesas no norte do Brasil seria o rio Oiapoque. Em 1808, durante a França de Napoleão, a Guiana Francesa foi ocupada por forças paraenses e governada durante oito anos pelo desembargador João Severiano Maciel da Costa, marquês de Queluz. Em 1814, o Tratado de Paris ordenou a restituição da Guiana à França, que agora contestava terras do Oiapoque ao rio Araguari, exploradas por aventureiros e comerciantes de várias nacionalidades. Em 1885, uma república francesa independente foi criada na região do Cunani, entre os rios Caciporé e Calçoene, presidida vitaliciamente por Jules Gros, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, onde Gros instalou seu governo, nomeando ministério e criando uma ordem honorífica, a Estrela do Cunani, para arrecadar fundos. A encenação rendeu grandes lucros a Gros, com a emissão de selos e cunhagem de moedas, hoje raridades muito apreciadas por colecionadores. A República do Cunani foi extinta pelo governo francês em 2 de setembro de 1887. Com a proclamação da República do Brasil, em 15 de novembro de 1889, a situação na fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa ficou caótica. Para sair do problema, os brasileiros elegeram, em 1894, um triunvirato governativo: Francisco Xavier da Veiga Cabral, conhecido como Cabralzinho; o cônego Domingos Maltês; e Desidério Antônio Coelho. Mas os franceses nomearam capitão-governador do Amapá o preto velho Trajano, que foi preso pelos brasileiros. Então os franceses despacharam a

canhoneira Bengali, sob o comando do capitão Lunier, que desembarcou 300 homens na cidade de Amapá. Lunier e 33 franceses foram mortos e Cabralzinho se tornou o herói oficial do Amapá. Em 1898, o barão do Rio Branco foi encarregado de defender as terras do Amapá no Conselho Federal Suíço, escolhido como tribunal arbitral, e em 1 de dezembro de 1900, o Brasil recupera 260 mil quilômetros quadrados do Amapá, que haviam sido incorporados à Guiana Francesa, após a defesa impecável de Rio Branco.

Em 1902, outro aventureiro ávido por faturar, o francês naturalizado brasileiro Adolphe Brezet, que também se intitulava duque de Brezet e de Beaufort, e visconde de São João, tentou restaurar a República do Cunani, nomeando Félix Antonio de Souza, Antonio Napoleão da Costa e João Lopes Pereira para seu ministério. Denunciado por Daniel Ferreira dos Santos ao governo brasileiro, foi enviada força policial à região e todos os envolvidos foram presos, exceto Brezet, que também manobrava tudo de Paris. Os aventureiros nunca mais pararam de tentar faturar no Setentrião, agora paraenses, amapaenses e até maranhense.

Em 1738, colonos portugueses instalaram na margem esquerda do estuário do rio das Amazonas um destacamento militar, a Praça São Sebastião, depois Veiga Cabral, onde, em 4 de fevereiro de 1758, foi levantado o Pelourinho, símbolo do implacável poder lusitano, na presença do capitão-general do Estado do Grão-Pará e

Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, fundando a Vila de São José de Macapá e selando o fim da nação que dominava aquela beirada de rio, o povo tucuju, do tupi tucumã, palmeira natural da Amazônia, de doces frutos oleosos, matéria-prima para suco, licor, mingau e sorvete.

Em 1764, Portugal deu uma demonstração do seu poderio na Amazônia, iniciando a construção de projeto do engenheiro militar italiano, sargento-major de Infantaria Enrico Antonio Galluzzi de Mantova, ou simplesmente Gallúcio: a Fortaleza de São José de Macapá. Em 2 de janeiro daquele ano, o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive, saiu de Belém e foi até a vila de São José de Macapá, juntamente com Gallúcio, para examinar o terreno, e, finalmente, aprovar a planta geral da nova fortaleza do império português, que teve sua pedra fundamental lançada naquele mesmo ano, na tarde de 29 de junho, sob a invocação de São Pedro, na presença do governador Fernando da Costa de Ataíde Teive; do comandante da Praça, coronel Nuno da Cunha Ataíde Varona; e de Gallúcio e demais autoridades civis e religiosas de Macapá.

As pedras da Fortaleza foram arrancadas da Cachoeira das Pedrinhas, no rio Pedreira, distante 32 quilômetros de Macapá; descidas para o rio numa rampa em torno de 10 metros de declive, eram transportadas em embarcações pelo Amazonas até Macapá. Cada jagunço tomava conta de quatro escravos, que, fracos pelo trabalho

impossível, eram rasgados a chicotadas. Muitos morreram supliciados, famintos, sem energia, e alguns conseguiram fugir para o quilombo do Ambé. Em 27 de outubro de 1769, Gallúcio morreu de malária e a direção dos trabalhos foi assumida pelo capitão Henrique Wilckens, até à chegada do sargento-mor engenheiro Gaspar João Geraldo de Gronfeld. Em 1777, morre o rei D. José, aos 27 anos, e o marquês de Pombal, então mentor do poderio português na Amazônia, e protegido por D. José, é exonerado por D. Maria I (1777-1816), que afinilou os gastos com a Fortaleza, de modo que ela só foi inaugurada em 19 de março de 1782, dia do seu padroeiro, São José, 18 anos depois do início da sua construção.

Com 84 mil metros quadrados, em formato de polígono quadrangular, muralhas de oito metros de altura, seu portão principal fica a oeste, com duas pontes sobre um fosso, de que restam os vestígios, e que, originalmente, seria inundado em todo o perímetro da construção. Pesquisa comprovou que na parte erguida sobre terreno alagado foram utilizadas estacas de acapu, o aço do reino vegetal. Na primeira metade do século XX, a Fortaleza foi abandonada, e classificada, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como fortificação de terceira classe. Em 1926, suas ruínas foram visitadas pelo presidente eleito Washington Luís. Em 1943, é criado o Território Federal do Amapá, e, em 1946, foi instalado na Fortaleza o Comando da Guarda Territorial, então a polícia do Território Federal. Para isso, houve um trabalho de

capina interna e externa, com a retirada dos arbustos que vicejavam nas muralhas, bem como a derrubada das árvores que cresciam nos terraplenos, e que acarretaram danos estruturais. Também foram reconstruídos os oito edifícios ao redor da praça, então completamente deteriorados, nos quais substituíram telhados, portas, janelas e portões em madeira, pisos, muretas e rampas de acesso, e foram desobstruídos os canais de drenagem de águas pluviais. Em 8 de julho de 1950, uma comissão do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) tombou o símbolo maior dos macapaenses, incluindo 54 canhões. A Fortaleza serviu ainda de hospedaria a famílias de imigrantes; de cadeia aos presos da Justiça; abrigou a Imprensa Oficial, o pelotão do Vigésimo Sexto Tiro de Guerra, a União dos Negros do Amapá e o Museu Territorial; e virou palco das celebrações de datas cívicas, marcadas por salvas de tiros dos canhões, desfiles cívicos e bailes. Com a Ditadura dos Generais (1964-1985), voltou a abrigar o comando da Guarda Territorial e passou a ser utilizada como presídio político, mas também como Clube Social do Círculo Militar, em prédio no entorno leste. Em 1975, a Guarda Territorial foi transformada em Polícia Militar e sediada em prédio próprio, após uma onda de terror na cidade, que, segundo se comenta até hoje, teria sido arquitetada pelas autoridades do Território Federal com o intuito de forçar a criação da Polícia Militar. Em 1979, a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União (DSPU) entregou a Fortaleza

ao Governo do Território Federal do Amapá. Em 1988, a Constituinte transformou o Território Federal em Estado do Amapá. Em 1999, após anos de restauração, a Fortaleza é transformada em espaço de cultura e lazer para a população em geral.

Construída para resistir a uma força semelhante à da marinha inglesa do século XIX, nunca foi atacada, exceto por um dos flagelos da Amazônia, a malária, também conhecida como paludismo, impaludismo ou maleita, doença infecciosa transmitida pela fêmea infectada do mosquito *Anopheles* e provocada por protozoários do gênero *Plasmodium*, que, no sistema circulatório do hospedeiro, vai parar no fígado, onde se reproduzem, provocando febre, dor de cabeça e nas articulações, vômito, anemia, icterícia, hemoglobina na urina, lesão na retina e convulsões, em ataques paroxísticos, com sensação súbita de frio intenso, seguida por calafrios, febre e sudação, paralisia do olhar, opistótono, convulsão, que pode progredir para coma ou morte. Tradicionalmente, os casos graves são tratados com quinino administrado por via intravenosa ou intramuscular. Não existe vacina contra a malária. As complicações a quem resiste à doença são estresse respiratório e desconforto psicológico.

Assim, a Fortaleza, maior ícone dos macapaenses, é a tradução perfeita de Macapá. Construída por escravos, negros e índios, sob o obsessivo domínio português, foi o cadinho no qual se forjou a etnia macapaense. Os portugueses

cruzaram com os africanos e geraram mulatos, e fornicaram com os índios, formando uma população de mamelucos; os africanos fundaram o distrito de Curiaú e o bairro do Laguinho, misturaram-se com os índios e legaram cafuzos; e mulatos, cafuzos e mamelucos misturaram-se, fechando o círculo, numa diversidade étnica viva nas ruas de Macapá, nas nuanças de peles que vão do alabastro ao ébano, passando pelo bronze e jambo maduro, unidos pelo sotaque caboco: a fusão do português falado em Lisboa, doces palavras tupis, línguas africanas, patoá das Guianas, tudo triturado em corruptela.

Danielle Silvestre Castro dizia que o jambu é a erva que melhor sintetiza a Amazônia. Para ela, os amazônidas, sedados pelo sol equatorial, que, apesar dos 100% de umidade relativa do ar, esturrica tudo, e acoçados pela grande floresta, microrganismos, insetos e animais peçonhentos, agem como as papilas gustativas entorpecidas por espilantol, presente no jambu, principalmente na sua flor: anestesiados, baixam a cabeça e se entregam aos seus carrascos, especialmente aos políticos, que, independentemente de serem de fora, ou da própria terra, são sempre inclementes como os antigos ibéricos. Políticos uniram-se a um tipo de empresário escravocrata e que adora dinheiro, e passaram a gerir a senzala sem paredes, ampliando a Fortaleza de São José de Macapá a ventre da besta. A Amazônia está sempre coalhada de colonos e aventureiros: os governos que se sucedem em Brasília; paulistanos, que compram

90% das toras de árvores griladas e abatidas; americanos, que nunca desistiram de colonizar o subcontinente; japoneses, ávidos em ampliar seu arquipélago; chineses, acossados pela própria superpopulação; e os europeus de sempre, além de políticos, sequiosos em vender – e embolsar o dinheiro – até a última árvore, a última pedra preciosa, e todas as mulheres e crianças que puderem. Nesse cenário, do suplício imposto pelos ibéricos, da morte decretada pelos microrganismos e o assalto e o desprezo perpetrado pelos políticos, os macapaenses se tornaram símbolo de um tempo antigo, persistente, de espanhóis e portugueses, colonos e colonizados, o drama que perpassa a Ibero-América, a tragédia da Amazônia. Vige a crença de que os colonos são deuses e os colonizados, seres inferiores, que existem para servir aos sangues-azuis. Para os colonos, a Amazônia só serve para três fins: construção de hidrelétricas; extração de madeira e mineral; e reserva de caça, pesca e escravos, especialmente para a triste história de crianças e mulheres, que, diferentemente do mito das amazonas, são criaturas fracas, subjugadas, escravas compradas à base de comida, de uma boneca, de uma balinha.

Criado com terras desmembradas do Pará, em 13 de setembro de 1943, o Território Federal do Amapá, elevado a estado em 1 de janeiro de 1991, emerge do Platô das Guianas com seus 142.828.521 quilômetros quadrados, limitado a oeste e sul pelo Pará; ao norte pela Guiana Francesa; a noroeste pelo Suriname; a nordeste

pelo Oceano Atlântico; e a leste pela foz do rio Amazonas. Em tupi, amapá significa “o lugar da chuva”, ou “terra que acaba”; em nheengatu, “ilha”; em aruaque, pode se referir a “amapá” (*Hancornia amapa*), árvore típica da região, pertencente à família das apocináceas. O amapazeiro produz um fruto roxo, em formato de maçã, comestível, e a seiva do caule, conhecida como leite de amapá, é utilizada na medicina popular como fortificante e no tratamento de doenças respiratórias, anemia e gastrite; é também cicatrizante e fortificante para debilidades em geral. Árvore de até 35 metros de altura, rende madeira branca, utilizada no fabrico de caixotes.

Os primeiros habitantes da região eram índios waiãpi, palikur, maracá-cunani e tucuju, dos troncos linguísticos aruaque e caribe. Vestígios de ocupação pré-colombiana foram registrados nos sítios arqueológicos de cerâmicas maracá-cunani e no Parque Arqueológico do Solstício, no município de Calçoene, e que data de pelo menos 2 mil anos.

Há duas rodovias federais no Amapá: a BR-210 e a BR-156. A BR-210 é, na verdade, um embrião; conhecida como Perimetral Norte, tem pouco mais que 471 quilômetros. Começa em Macapá e vai até Serra do Navio, terminando na divisa com o Pará. Mas a rodovia que realmente tem importância para o estado é a BR-156, que começou a ser pensada em 1932. Até 1945, somente nove quilômetros foram construídos. Ela começa no município de Laranjal do Jari, vai até a capital do estado, Macapá, e termina no município

de Oiapoque, no extremo norte. São 595 quilômetros entre Macapá e Oiapoque, e 369 quilômetros entre Macapá e Laranjal do Jari, totalizando 964 quilômetros. Jamais foi concluída, mas é trafegada, desde sempre. Nos tempos heroicos, durante os seis meses de estiagem, transformava-se em um poeiral sufocante, e nos seis meses de chuva, em um inferno de lama. Em 2011, foi construída uma ponte binacional sobre o rio Oiapoque, ligando Macapá a Caiena, a capital da Guiana Francesa.

Com 84 mil quilômetros quadrados, a Guiana Francesa é limitada ao norte pelo oceano Atlântico, a leste e a sul pelo Amapá e a oeste pelo Suriname. Foi colônia francesa até 1947, quando passou a departamento ultramarino francês, com representação no Senado e na Assembleia Nacional da França, e seus cidadãos participam das eleições para presidente da França. Como integrante da União Europeia, a moeda local é o euro. O Centro Espacial de Kourou serve à Agência Espacial Europeia desde 1968. Ou seja, a Guiana Francesa é o principal território da União Europeia na América do Sul. Vizinho da Guiana Francesa e fazendo fronteira com um pedacinho do Amapá, fica o Suriname, antiga Guiana Holandesa, e que tem como capital Paramaribo. Com pouco menos de 165 mil quilômetros quadrados, é o menor país da América do Sul. Em 25 de novembro de 1975, deixou o Reino dos Países Baixos para se tornar um estado independente. Limitado a norte pelo oceano Atlântico, a leste pela Guiana Francesa, ao sul pelo

Brasil, é vizinha da Guiana, antiga Guiana Inglesa, a oeste, que, por sua vez, se limita com o Brasil ao sul e sudoeste, com a Venezuela a oeste, e com o oceano Atlântico ao norte. A Guiana, capital Georgetown, conquistou sua independência do Reino Unido em 26 de maio de 1966, constituindo-se o único estado-membro da Commonwealth na América do Sul.

É neste cenário que a Fortaleza de São José de Macapá estava fadada a se tornar o mais emblemático cartão postal dos macapaenses, juntamente com dois marcos de grandeza planetária: a Linha Imaginária do Equador, que secciona a cidade, e o Canal do Norte do rio Amazonas, que a banha na margem esquerda. Enquanto o Equador é só uma linha imaginária, o rio Amazonas é a substância da cidade. Com descarga hídrica tão gigantesca que reduz a salinidade superficial do mar, pois despeja em média 180 mil metros cúbicos de água por segundo no Atlântico, dos quais 65% via Canal do Norte – 16% da água doce vazada para os oceanos do mundo. Assim, o rio invade o mar com 8,6 baías de Guanabara e espantosos 3 milhões de toneladas de sedimento a cada 24 horas, ou 1,095 bilhão de toneladas por ano. O resultado disso é que a costa do Amapá continua crescendo. A boca do Canal do Norte, escancarando-se do arquipélago do Marajó, no Pará, até a costa do Amapá, mede em torno de 240 quilômetros, onde o Amazonas penetra cerca de 320 quilômetros no mar, atingindo o Caribe nas cheias, e, juntamente com outros gigantes do Pará e

Amapá, e extensos manguezais, contribui para que a Amazônia Azul setentrional seja a costa mais rica do planeta em todo tipo de criaturas marinhas.

Um dos peixes mais apreciados da costa do Amapá é a gurijuba; menos pela sua carne e mais pelo grude. A vila do Sucuriju, distrito do município de Amapá, localiza-se no Cabo Norte, à margem direita do rio homônimo, próximo à foz dele, no litoral, distante 220 quilômetros de Macapá. O Sucuriju está à mercê das grandes marés do Atlântico e é completamente percorrido pela pororoca, quando, nas marés cheias, o mar avança nos rios, em ondas de até cinco metros de altura, levando tudo o que encontra pela frente e arrancando árvores do barranco das margens, logo substituídas por filhotes em disputa pelo sol. A vila é toda de palafitas e as ruas são passarelas de madeira. O rio é salobro, por isso os moradores estocam água da chuva para beber. Durante o inverno, as caixas d'água coletivas são abastecidas e na estiagem cada um recebe 30 litros de água por semana. Os habitantes da vila, algumas centenas de famílias, vivem da pesca, principalmente de gurijuba, que desova nas águas mornas dos manguezais, entre a foz do rio Araguari e a do rio Cunani, e é pescada do arquipélago do Bailique até o limite com a Guiana Francesa. O povoado surgiu no início do século XX. A partir de uma promessa feita a Nossa Senhora de Nazaré, uma cobra grande abriu a embocadura do rio Sucuriju, fato celebrado na festa da padroeira, com missas, jogos e bailes. Até a década de 1920, apenas pescadores,

sobretudo do arquipélago do Bailique e do lago do Piratuba, andavam por ali, acampavam, dando início ao povoamento, acochado pelo mar e pela Reserva Biológica do Lago Piratuba, região de manguezais e campos alagados, onde vive o pirarucu, capturado com arpão ligado à canoa por uma linha. Como a água dos lagos é escura, os pescadores aguardam as borbulhas que antecedem o pirarucu ao emergir para respirar. Já na pesca da gurijuba, ou bagre do mar, é utilizado o espinhel – centenas de anzóis conectados a uma linha de cerca de dois quilômetros, firmada em âncoras e boias. A bexiga natatória da gurijuba é conhecida como grude, matéria prima no fabrico de cola de precisão, medicamentos, cosméticos e bebidas. Os chineses pagam os melhores preços pelo grude, que apreciam na culinária. Esse peixe é tão procurado que corre o risco de ser extinto. A bexiga natatória é extraída, secada, durante três a quatro dias, ao sol ou na estufa, e vendida, principalmente para China, Japão, Europa e Estados Unidos. Muito parecida com o bagre de água doce, de cabeça grande, barbatanas e um corpo relativamente curto e amarelado, a gurijuba chega a 20 quilos, mas sua carne não é muito apreciada entre os cabocos, embora a cabeça do animal renda um caldo saboroso e nutritivo. O quilo da carne do peixe custa em torno de meio dólar. Mas o grude contém substâncias que, beneficiadas, produzem uma cola de alto teor de adesão, usada na indústria espacial e em cirurgias de alta precisão, pois o corpo humano não a rejeita. Pescadores de Sucuriju, Bailique,